

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 103

TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p>2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª – Emília Fernandes – PTB – RS 2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antônio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Reeleitos em 2-4-97) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>

Atualizada em 2-4-97.

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 81ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE JUNHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.574-1, em 11 de junho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 11705

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.577, em 11 de junho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 11705

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR RAMEZ TEBET – Congratulando-se com o povo do Mato Grosso do Sul e com a direção da TV Morena, filiada à Rede Globo, tendo em vista a interligação da retransmissão entre os setenta e sete municípios daquele Estado, medida esta que promoverá o seu intercâmbio cultural, econômico, político e social. 11706

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA, como Líder – Apelo ao Poder Executivo para a liberação de recursos ao Tribunal Superior Eleitoral, a ser utilizado na aquisição de equipamentos para a completa informatização das eleições de 1998. Fraudes no último pleito, decorrentes do atual e obsoleto modelo de título eleitoral. 11707

SENADOR RAMEZ TEBET – Esclarecimentos sobre o posicionamento assumido por S. Exª, como relator de projeto de lei que regulamentou as eleições de 1996, no sentido da manutenção do modelo do título eleitoral, em atendimento a apelos do Poder Judiciário e de diversos

setores políticos, apesar de comungar da mesma idéia do Senador Epitácio Cafeteira, qual seja, da necessidade de fotografia do eleitor no referido documento. Defesa da mudança na Lei de Inelegibilidades, objetivando adequá-la à emenda constitucional da reeleição, recentemente aprovada no Congresso Nacional. 11707

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Comentando a matéria publicada no **Correio Brasileiro** de hoje, sob o título: "Sem-terra festejam saída pacífica". Regozijo com o desfecho do impasse decorrente da invasão da Fazenda Santa Rosa, no Município de Itaberaí-GO, enaltecendo a participação do MST, do Governador Maguito Vilela e políticos do Estado de Goiás, dos Ministros da Justiça e o da Reforma Agrária e do Presidente do Incra. Implantação de uma nova mentalidade de reforma agrária, advinda das medidas adotadas pelo governo federal na semana passada. Apelo ao Incra para a agilização do pagamento aos ex-proprietários de terras desapropriadas. 11709

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Preocupações com o problema tributário no País e com a proposta de prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, em tramitação da Câmara dos Deputados. 11712

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Homenagem a vida e obra do pedagogo Paulo Freire. ... 11714

1.2.3 – Ofícios

Nºs 312 e 312-A/97, de 11 do corrente, do Líder do PV na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para as Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.541-25 e 1.551-23, de 1997. Designação dos Deputados Fernando Gabeira e Gilney Viana para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, as referidas Comissões. 11715

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 11716

1.3 – ENCERRAMENTO		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR		Nºs 1.539 a 1.543, de 1997.	11718
Do Senador Joel de Hollanda, proferido em 12-6-97.	11717	6 – MESA DIRETORA	
3 – RETIFICAÇÃO		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
Ata da 79ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de junho de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.	11718	8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 16-6-97		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 81ª Sessão Não Deliberativa em 16 de Junho de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Geraldo Melo

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.574-1, adotada em 11 de junho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Vilson Kleinübing Bello Parga		Carlos Patrocínio Waldeck Ornelas
	PMDB	
Jader Barbalho Nabor Júnior		Gerson Camata Carlos Bezerra
	PSDB	
José Serra		.Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitacio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Carlos Aleluia Pauderney Avelino		Francisco Horta Augusto Viveiros
Bloco (PMDB/PSD/PSL)		
Paulo Ritzel Adelson Salvador		Nair Xavier Lobo Dilso Sperafico

PSDB

Ronaldo César Coelho Ezídio Pinheiro

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Neiva Moreira José Machado

PPS

Sérgio Arouca Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-6-97 – designação da Comissão Mista.

Dia 17-6-97 – instalação da Comissão Mista.

Até 17-6-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 26-6-97 – prazo final da Comissão Mista.

Até 11-7-97 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.577, adotada em 11 de junho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Jonas Pinheiro Waldeck Ornelas		Júlio Campos Joel de Hollanda
	PMDB	
Jader Barbalho Nabor Júnior		Gerson Camata Carlos Bezerra
	PSDB	
Sérgio Machado		Osmar Dias

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Abelardo Lupion José Mendonça Bezerra

Carlos Melles Benedito de Lira

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Geddel Vieira Lima José Luiz Clerot

Wagner Rossi Confúcio Moura

PSDB

Nárcio Rodrigues Luiz Piauhyllino

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Neiva Moreira José Machado

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-6-97 – designação da Comissão Mista.

Dia 17-6-97 – instalação da Comissão Mista.

Até 17-6-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 26-6-97 – prazo final da Comissão Mista.

Até 11-7-97 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de regressar de meu Estado. Tudo que diz respeito a esse Estado, é claro, cumpre registrar e repercutir aqui no Senado da República, que tem a representação de todas as Unidades da Federação brasileira. É muito bom, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se registra notícia auspiciosa.

Por incrível que pareça, o meu Mato Grosso do Sul, com uma área de pouco mais de 350 mil quilômetros quadrados, até a semana passada, se ligava

muito mais ao Estado de São Paulo do que ao próprio Estado, composto de 77 Municípios. Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Mato Grosso do Sul não tinha um intercâmbio econômico, cultural, social e político entre seus Municípios. Um fato acontecido, por exemplo, na nossa Capital, por intermédio dos meios de comunicação – e quero referir-me aqui especialmente à televisão –, não chegava aos 77 Municípios do Estado de Mato Grosso.

A cidade onde nasci completou ontem o seu 82º aniversário de emancipação político-administrativa e faz parte do denominado bolsão sul-mato-grossense. Essa região, onde fica a minha cidade, é muito mais ligada ao Estado de São Paulo do que ao próprio Estado de Mato Grosso. As notícias que lá chegam vêm de outras Unidades da Federação.

Mas agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, graças à **Rede TV Morena**, emissora de televisão filiada à **Rede Globo**, a partir da semana passada, os 77 Municípios sul-mato-grossenses estão perfeitamente interligados cultural, social, política e economicamente. Vamos, com as notícias da Capital, chegar a todos os Municípios sul-mato-grossenses.

Faço o registro nos Anais do Senado nesta oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dado o esforço da **TV Morena**, dos seus proprietários, da família Zahran, rendendo aqui os agradecimentos de todos os Municípios sul-mato-grossenses, representados pelos Prefeitos que, na quinta-feira passada, se locomoveram para Campo Grande para assistir ao lançamento e ao ato de inauguração que, positivamente, faz chegar as emissoras daquela rede de televisão a todos os seus Municípios. Foi um ato muito importante para os 77 Municípios sul-mato-grossenses a chegada de imagens e som da **Rede TV Morena**, ligada à **Rede Globo**. Cumprimento a família Zahran.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando Deputado Estadual, lá chegando em 1979, o quanto lutamos e ainda hoje trabalhamos pelo nosso Estado para promover a perfeita integração entre as diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa integração, essa luta, depois de longos anos, efetivamente se concretize. Quero estender também os cumprimentos ao Diretor-Geral da **TV Morena**, Paulo Siqueira, que não mediu esforços para, numa associação entre a **TV Morena** e as comunidades sul-mato-grossenses, fazer com que esse acontecimento se tornasse uma realidade e pudesse o Estado do Mato Grosso do Sul, através da imagem da televisão, integrar-se cada vez mais entre nós e o nosso Estado e, a partir daí, integrar-se com as outras Unidades da Federação brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, rapidamente trago ao conhecimento do Senado da República esse fato de transcendental importância na vida econômica, na vida cultural, social e política do Estado do Mato Grosso do Sul. Parabéns, portanto, a todo o Estado do Mato Grosso, parabéns a **TV Morena** nas pessoas de Ueze Zahran, de Jorge Zahran e de toda a sua família. Parabéns ao Diretor-Geral Paulo Siqueira, parabéns a Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Epitacio Cafeteira por cinco minutos para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – (PPB – MA. Como Líder. Para uma comunicação urgente. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais estão a noticiar o sucesso da votação informatizada, que reduz a quase zero a possibilidade de fraude nas eleições. Todavia, esse resultado parece que está esquecido. Pelo menos o Tribunal Superior Eleitoral está a dizer que ou recebe a verba para que os trabalhos de informatização das eleições sejam feitos em condições de podermos ter eleições limpas ou então não vamos ter a informatização pretendida e planejada.

Nós, do Partido Progressista Brasileiro, Sr. Presidente, estamos aqui a apelar para que o Governo Federal, o Executivo libere a verba para o Tribunal Superior Eleitoral, que, assim, dará prosseguimento a um serviço que, na realidade, não beneficia este ou aquele candidato, mas sim o País, o Congresso, a representação verdadeira, a soberania do voto popular, garantindo que os que vão receber o diploma são realmente os escolhidos pelo povo. Causa-nos espécie, Sr. Presidente, a nós do PPB, ver que o Governo não está preocupado com isso, que o tempo caminha inexoravelmente e que há o risco de voltarmos a ter o mesmo tipo de eleição.

Além disso, Sr. Presidente, tenho reclamado contra o atual título eleitoral. Imagine que há um local para se colocar o polegar do eleitor analfabeto, só que não há datiloscopista para saber se a impressão digital daquele que se apresenta com o título confere com a que está no título de eleitor. Não há datiloscopista e há lugar para a impressão digital, e o título não tem fotografia. Por isso, temos chamado, no Norte e no Nordeste, Sr. Presidente, o título de eleitor de "título ao portador". Quem se apresentar na seção com aquele título tem direito a voto.

Vejo no plenário o nobre Senador Ramez Tebet, Relator da Lei Eleitoral para a eleição do ano

passado. S. Ex^a defendeu ardentemente que o eleitor chegasse com o documento de identidade, evitando, assim, que o título de eleitor se transformasse em título ao portador. Mas, depois, exatamente S. Ex^a foi incumbido de convencer os Senadores a abrir mão disso, porque, senão, um número muito grande de eleitores não ia votar. Nesse segundo caso, S. Ex^a estava certo, assim como o estava no primeiro. No primeiro, ele buscava identificar o eleitor; no segundo, ele buscava fazer com que o eleitor não fosse prejudicado.

No meu Estado, Sr. Presidente, as carteiras de identidade estavam sendo encaminhadas para o interior para serem entregues apenas aos eleitores do Governo.

O Sr. Ramez Tebet – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Lamento não poder conceder o aparte a V. Ex^a, visto que estou falando em nome da Liderança.

O documento da Secretaria de Segurança no qual seria emitida a carteira de identidade ia sair de tal forma que os eleitores da Oposição não poderiam votar, porque simplesmente diriam a eles que não existia um modelo para a feitura de suas carteiras de identidade.

Eu, novamente, votei com o Senador Ramez Tebet. Na ida, num rumo, e na volta, em outro, eu estava com S. Ex^a, mas sempre reclamando, pedindo que o Tribunal Superior Eleitoral encontrasse uma forma de deixar a impressão digital ou a fotografia do eleitor. No entanto, ainda não fui bem-sucedido.

Espero que, neste pronunciamento de hoje, em nome do meu Partido, eu consiga sucesso em apelar ao Governo Federal que libere os recursos para haver a informatização da eleição de 1998.

Faço este apelo ao Líder do Governo, o nobre Senador Elcio Alvares: consiga S. Ex^a que o Governo Federal ou o Executivo libere o dinheiro para o Tribunal Superior Eleitoral, para que tenhamos eleição informatizada em 1998 e para que a fraude, por acaso programada, desapareça para o bem e a felicidade de todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma explicação pessoal.) – Sr. Presidente, tendo sido citado, embora de forma amável, lhana, cavalheiresca e verdadeira por parte do Senador Epitacio

Cafeteira, não posso furtar-me, uma vez que a matéria é muito importante e diz respeito à legislação eleitoral, de esclarecer um pouco melhor o assunto que levou o Senador Eptacio Cafeteira à tribuna.

Tudo aconteceu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da forma como S. Ex^a se referiu, porque, no Brasil, existe infelizmente a mania de se votar matérias importantes de afogadilho.

Lembro a esta Casa que, ao recebermos da Câmara Federal a legislação eleitoral que regulamentou o pleito de 1996, as eleições municipais, recebemos aquela legislação quase ao apagar das luzes em 1995. Deveríamos tê-la votado um ano antes do pleito de 1996. Naquela ocasião, como bem salientou o eminente Senador Eptacio Cafeteira, apresentamos o nosso relatório a respeito do título eleitoral, do documento eleitoral do cidadão brasileiro no sentido de que contivesse, entre outros requisitos, a identificação do leitor por meio de sua fotografia.

Não conseguimos compreender como é que um documento de tamanha importância pudesse ser emitido sem a fotografia nele constante, a exemplo de documentos como a carteira de identidade, a carteira de motorista e outros. Assim, foi a legislação aprovada, mas eis que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os apelos foram muitos, inclusive os do Tribunal Superior Eleitoral, do Poder Judiciário, sob a alegação de que, se tivéssemos de adotar o sistema de apresentação, junto com o título de eleitor, da carteira de identidade, ou seja, um documento que contivesse fotografia para provar que o cidadão era ele próprio, no instante em que comparecesse para votar, iria acarretar sérios prejuízos para o exercício da cidadania. Votado de última hora, muitos eleitores ficariam sem exercer o sagrado direito de escolha de seus representantes. Eleição municipal é uma eleição importante, a mais importante para o eleitor brasileiro.

Então, atendendo aos apelos do próprio Poder Judiciário, apelos de câmaras de vereadores, dos próprios Senadores, não tivemos dúvida de, com toda humildade, relatar e mudar nosso parecer, para que se permitisse, como de fato foi permitido, no pleito de 1996, que o eleitor, apenas com o seu título, que não contém a sua fotografia, pudesse exercer o direito de voto. E assim foi feito, sem nenhum desdouro. Cumpre a nós representarmos e compreendermos a realidade brasileira.

Mas quero declarar a esta Casa e ao Senador Eptacio Cafeteira, em especial, que se, naquele momento, por circunstância excepcional, voltamos atrás no nosso pensamento, somos daqueles que comungam da mesma idéia de S. Ex^a, o título eleitoral deve

ter a fotografia de seu portador, deve legitimar. O título, por si só, deve bastar como documento, sendo incompreensível que se levantem dúvidas sobre identidade de eleitor se ele não se fizer acompanhar de um outro documento que comprove sua identidade.

Não é por outro motivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que tenho me batido nesta Casa para que a legislação eleitoral e partidária seja objeto de preocupação permanente do Senado da República e da Câmara dos Deputados, para que possamos votar - com antecedência e depois de um metucioso estudo - as providências para termos uma vida partidária mais amadurecida, democrática e eficiente, além de uma legislação eleitoral mais compatível com os anseios do povo e que possa representar a expressão da vontade popular nas urnas.

Senador Eptacio Cafeteira, cumprimento V. Ex^a porque ocupa esta tribuna para solicitar a liberação de recursos para a Justiça Eleitoral, a fim de que esta, representada pela sua Corte maior, o Tribunal Superior Eleitoral, possa preparar, com bastante antecedência, o pleito do próximo ano, que será importantíssimo, pois vamos eleger deputados federais, estaduais, renovar um terço do Senado da República, além de termos de votar para eleger Presidente e Vice-Presidente da República.

Ao agradecer as referências que V. Ex^a fez a minha pessoa, espero que sejam tomadas outras providências, principalmente com referência à lei das inelegibilidades, considerando que acabamos de votar a reeleição para prefeitos, governadores e Presidente da República. Urge, portanto, que tomemos providências. Só temos tempo até o dia 3 de outubro próximo para mudar a lei das inelegibilidades, para compatibilizá-la com o texto que votamos recentemente sobre a reeleição, sob pena de deixarmos o eleitorado brasileiro perplexo com tantos absurdos e tantas incoerências ali constantes, já mencionadas por nós por duas vezes aqui da tribuna do Senado da República.

Essa é uma matéria, Senador Eptacio Cafeteira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de transcendental importância. É necessário urgentemente dotarmos este País de uma legislação eleitoral e partidária duradoura e eficiente. Não podemos continuar legislando para cada pleito. Em cada pleito se sucede nova legislação, os textos legais são modificados, gerando confusão, inquietação, deixando um ponto de interrogação na consciência da sociedade e do eleitorado brasileiro.

Penso que nós do Senado Federal, do Congresso Nacional, temos essa grande responsabilidade porque tudo isso faz parte do aprimoramento, do

aperfeiçoamento democrático. A democracia exige instrumentos eficientes para a sua prática e que a vontade popular seja respeitada. Devemos lutar para evitar a fraude e as contradições. Positivamente, penso que o eleitor brasileiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prefere carregar um título eleitoral com sua fotografia. Precisamos de tempo para modificar a matéria, nesse tópico, sob pena de continuarmos laborando terríveis injustiças.

Sr. Presidente, agradeço a benevolência de V. Ex^a. Mais uma vez cumprimento o Senador Epitacio Cafeteira que sempre está a cobrar desta Casa as providências que julga indispensáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, "demos um exemplo para o Brasil mostrando que é possível fazer a reforma agrária sem que haja derramamento de sangue". São as palavras que leio hoje no **Correio Braziliense**, expressas pelo Sr. Erisson Pereira da Silva, líder de mil e quinhentos assentados, trezentas e cinquenta famílias, na Fazenda Santa Rosa, em Itaberaí, a 90 km da cidade de Goiânia.

Durante todo o final de semana, fiquei apreensivo com o desfecho que poderia haver com relação à questão da Fazenda Santa Rosa, no Município Itaberaí, no Estado de Goiás. O juiz local já havia deferido o pedido de reintegração de posse; os policiais militares de Goiás, cerca de 500 homens, já estavam em posição de tiro, e os membros de 350 famílias do Movimento dos Sem-Terra de Goiás estavam dispostos a resistir, armados com foices, enxadas, machados e uma espécie de arma que se chama "boca de jacaré", que não conhecia; é um pedaço de madeira com instrumentos perfurantes nas pontas e serve para matar os cães adestrados da Polícia Militar.

Graças a Deus, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma história com um final negociado. Os entendimentos devem acontecer em todo esse processo de reforma agrária. Enfim, um final feliz.

Começa a ser implantada no País uma nova mentalidade sobre reforma agrária, e esse incidente ocorre justamente uma semana após a edição de decretos, de medidas provisórias pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à questão das terras invadidas, que, se perdurar a ocupação, não serão mais vistoriadas, e também à participação

dos Governos estaduais e municipais nessa questão da reforma agrária em nosso País.

Diz o jornal:

"Depois de uma negociação que durou oito horas, os sem-terra decidiram deixar a fazenda de 4.090 hectares e ficarão provisoriamente em uma área da Companhia de Eletricidade de Goiás (Celg) até que a Justiça decida se a Santa Rosa é ou não produtiva."

E continua mais adiante:

"O INCRA começou a descentralizar suas ações ao repassar ao Estado a discussão sobre a Fazenda Santa Rosa, que já foi ocupada quatro vezes pelo MST e quase foi palco de um novo massacre na semana passada. Além disso, o movimento, mesmo sem admitir, cumpriu o decreto presidencial, que proíbe vistoria em áreas invadidas".

Sr. Presidente, os acampados em áreas das Centrais Elétricas de Goiás permanecerão ali por 90 dias e estão recebendo todo o apoio necessário por parte do Governador de Goiás, Maguito Vilela.

O Sr. Ramez Tebet – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a, com senso de oportunidade, toma a dianteira e aborda um assunto de grande importância, louvando a medida provisória baixada na última semana pelo Presidente da República. Quero associar-me a V. Ex^a. Realmente, essa medida, ao proibir que propriedades invadidas sejam vistoriadas, busca efetivamente o equilíbrio no campo; procura garantir a paz social. Esse é mais um instrumento que o Governo Federal está colocando a seu serviço para efetivar a reforma agrária no País. Essa medida provisória é saneadora, Senador Carlos Patrocínio; é saneadora porque baixa os juros compensatórios de 12% para 6% ao ano. E é também saneadora porque descentraliza as ações referentes à reforma agrária e estende competência aos Estados e Municípios para vistoriarem imóveis e para fazerem o cadastramento dos trabalhadores rurais. Portanto, quero aproveitar a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a para enviar daqui a minha felicitação, o meu abraço, a minha solidariedade ao Governo Federal, ao Ministro Raul Jungmann, que, realmente, está devotando a sua capacidade, o seu civismo à implantação da reforma agrária no País, estabelecendo os parâmetros que todos queremos para a realização

desse objetivo, qual seja, a consecução de uma política agrícola e de uma política fundiária no País. Aproveito o seu discurso para também cumprimentá-lo, porque está nessa direção e tomou a dianteira no início desta semana. Não está perdendo tempo porque aquilo que é realizado devemos comentar; essa é uma maneira de levar ao conhecimento do povo algo que está sendo efetivado para melhorar a atividade no campo. Esse é um assunto de magnitude. Cumpre, cada vez mais, dar crédito aos pequenos e médios agricultores para que, efetivamente, possam produzir mais. Congratulo-me com V. Ex^a e, por meio do seu pronunciamento, da sua posição nesta tribuna, estendo os meus cumprimentos ao Governo Federal, especialmente ao Ministro de Assuntos Fundiários deste País. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço o aparte ilustre de V. Ex^a, principalmente por entender que é uma das pessoas mais interessadas na questão da reforma agrária, sobretudo porque o Estado que representa, Mato Grosso do Sul, sempre está às voltas com questões fundiárias.

Nesta tribuna, V. Ex^a já teve a oportunidade de dizer que a reforma agrária passa pela descentralização e que devem ser conferidas atribuições aos Governadores e aos prefeitos municipais que estão no local onde ocorrem os conflitos. Portanto, têm que participar desse processo.

V. Ex^a enaltece as medidas adotadas pelo Governo Federal na última semana, que vieram em muito boa hora e já começam a surtir efeito, como o ocorrido na Fazenda Santa Rosa, em Itaberá. Ali houve um esforço conjunto, tripartite, do MST, daqueles que lá estavam acampados e de outros líderes como Valmir Zanatta, do Dr. Milton Seligman, que recentemente assumiu a Presidência do INCRA, e também do Governador de Goiás Maguito Vilela.

Portanto, é meu propósito homenagear o Ministro da Reforma Agrária e o Presidente do INCRA, a quem desejo êxito na missão espinhosa de procurar, dentro da legalidade, dentro da paz, resolver a questão fundiária de nosso País. Enfim, quero enaltecer a participação de todos e cumprimentar o Ministro da Justiça, eminente colega Senador Iris Rezende que, tenho certeza, teve participação efetiva no caso, bem como o Governador e toda a Bancada de Goiás. Esse é um exemplo para a efetiva implantação da reforma agrária em nosso País.

Sr. Presidente, os membros do MST ficarão acampados por noventa dias numa área da Celg - Companhia de Eletricidade de Goiás -, e, se a Fazenda Santa Rosa for considerada produtiva, "va-

mos arrumar outra terra para essas famílias", garantiu Durval Motta, Presidente do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO.

Sr. Presidente, o mais importante é que o massacre que prevíamos e temíamos não aconteceu. O sucesso do MST - uma vitória de todos - foi comemorado de várias formas, sendo dispensados os facções, as foices e as bocas-de-jacaré, conforme relatei anteriormente.

Os membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foram para as suas barracas de lona, para a igreja da Assembléia de Deus, arranjaram uma dupla caipira e fizeram uma festa para comemorar o acordo fechado e também a maravilhosa vitória da seleção brasileira em sua estréia na Copa América.

Sr. Presidente, ainda quero ressaltar alguns tópicos dessa reportagem. O Sr. Luiz Galiza, de 65 anos, um dos mais velhos do grupo, estava bem menos tenso que na terça-feira, quando aconteceriam os atos pertinente à reintegração de posse, do que a maioria das famílias, que não ficaram sabendo de determinados fatos. Quando o Sr. Luís mostrou a todos um recorte de jornal com a foto de policiais militares deitados na capoeira, fortemente armados e em posição de tiro, ainda disse, incrédulo: "Para que isso? Somos ordeiros, não queremos violência".

Ele assegura, Sr. Presidente, que as crianças que estavam brincando, ao ouvirem um estrondo, correram todas para perto de seus pais; mas o barulho vinha de foguetes soltados numa das barracas do acampamento, para comemorar a vitória, segundo eles, dos sem-terra, mas que, asseguro, é uma vitória de todo o povo brasileiro.

As crianças têm medo dos soldados. Naquele momento, elas pensaram que aquele barulho era causado pelos soldados que estavam invadindo o acampamento para, afinal de contas, fazer cumprir a determinação da Justiça. Esta é uma coisa que acontece: as crianças têm medo dos policiais. Cenas tristes têm acontecido e continuarão a acontecer se houver sempre reintegração de posse com a presença de policiais, que são acionados para cumprir as decisões judiciais.

Portanto, quero dizer da importância dessa medida provisória editada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que estabelece que terras ocupadas não serão vistoriadas para fim de desapropriação. Foi um avanço no processo de reforma agrária, que evitou novo conflito, observou o Deputado Aldo Arantes, do PC do B de Goiás, também um dos mais interessados na solução dessas questões da reforma agrária.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de dizer da minha alegria, da minha satisfação, do meu contentamento. Pensava em ocupar a tribuna do Senado hoje para lamentar os acontecimentos que eventualmente poderiam ter acontecido na Fazenda Santa Rosa, mas, com muita satisfação, registro que ali se alcançou uma solução negociada. Acredito que, afinal de contas, está criado o ambiente propício para a implantação da reforma agrária em nosso País.

Reitero meus cumprimentos a todos aqueles que contribuíram para que se chegasse a essa solução: ao MST; ao Governador Maguito Vilela; ao Ministro da Justiça, Iris Rezende; ao Presidente do In-cra, Milton Seligman e ao Ministro Raul Jungmann.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo às autoridades da reforma agrária em nosso País para que ajam com rapidez. Esses sem-terra desocuparam a área por 90 dias, como vários outros membros do MST estão fazendo, dando tempo para que o In-cra possa efetivamente fazer a desapropriação da terra e pagar aos seus proprietários, de acordo com a valorização, uma avaliação justa.

O meu apelo é no sentido de que as autoridades, sobretudo o Presidente do In-cra, façam o assentamento o mais rápido possível, deixando muitos entraves burocráticos que têm, historicamente, emperrado a reforma agrária em nosso País. Esse é um exemplo que deverá ser seguido.

Sr. Presidente, não há falta de terras para reforma agrária. Há centenas de grandes fazendas desapropriadas. O Banco do Brasil possui terras que recebeu em pagamento de dívidas vencidas e não pagas de agricultores e pecuaristas. O INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, o Exército e a Igreja têm terras. É necessário que o Governo aja com celeridade, para que fatos como esse possam se repetir e para que não vejamos mais a nossa terra manchada com o sangue do povo brasileiro.

O Sr. Guilherme Palmeira – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo, com muita honra, o aparte ao eminente Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira – Nobre Senador Carlos Patrocínio, infelizmente não tive oportunidade de ouvir nem presenciar todo o seu pronunciamento, mas ouvi parte dele, além das manifestações de solidariedade do Senador Ramez Tebet a V. Ex^a. É motivo de satisfação geral a ocorrência que V. Ex^a relata nesta Casa. Assim se pode identificar quem são os sem-terra, porque há os sem-terra que querem a terra pela violência; os sem-terra que não são sem-

terra, que fazem o jogo político de determinados agrupamentos ideológicos, incompatível com a realidade que vivemos. São exemplos como esse que devemos cotejar, que devemos aplaudir, que devemos estimular. Por intermédio do diálogo é que vamos encontrar soluções para os graves problemas que afligem este País, entre os quais o problema rural, não só dos sem-terra, mas também, como V. Ex^a frisou, daqueles que têm terra e não podem produzir. Gostaríamos - e por isso nos associamos ao seu pronunciamento - que aqueles que tivessem terra, pequena propriedade, pudessem produzir. O Governo deve estar atento, assistindo àqueles que já tem terra, para, em seguida, ajudar aqueles que não tem e querem colaborar no desenvolvimento da agricultura e do País, ocupando a terra para produzir. Todos os Senadores defendemos a tese que V. Ex^a aborda. Vamos aplaudir os que têm consciência e vamos condenar os que não a têm. Porque somente com consciência e com diálogo encontraremos saída para os problemas brasileiros. Vamos esquecer as oportunidades eleitoreiras ou eleitorais e vamos voltar-nos aos interesses do País. É isso que queremos, todos nós, independentemente de partidos de esquerda, de direita ou de centro. Queremos estar juntos na defesa dos anseios da Nação brasileira e vamos encontrar soluções para os nossos problemas por intermédio da compreensão e do diálogo principalmente voltado para o futuro deste País.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Guilherme Palmeira. V. Ex^a, com muito discernimento, fala dos que nunca tiveram terra, mas também fala daqueles que sempre tiveram um pedaço de terra, mas nunca conseguiram o apoio do Governo brasileiro.

Li um artigo muito importante do ex-Presidente do In-cra Francisco Graziano a respeito disso. Ele dizia que hoje o Movimento dos Sem-Terra está tendo todo o apoio, inclusive financeiro e monetário do Governo brasileiro. No entanto, existem, no Brasil, milhares e milhares de pequenos proprietários sem terra, que a duras penas conseguiram educar os seus filhos e até hoje não saíram da condição de miseráveis, de pequeníssimos produtores que vivem da lavoura de subsistência, com muita dificuldade.

Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de dizer da minha alegria pelo desfecho que ocorreu na fazenda Santa Rosa, em Itaberaí. Acredito que é dessa maneira que haveremos de resolver o problema da reforma agrária: por meio do diálogo e das negociações, conforme se faz em uma nação civilizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias, em pronunciamento desta tribuna, eu disse que gostaria de me referir ao problema tributário brasileiro e à proposta de prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. É talvez o problema mais dramático dentre tantos que o Brasil apresenta. Afeta a União, os Estados, os Municípios e principalmente a população mais sofrida deste País.

O Fundo Social de Emergência foi instituído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 01, de 1994, e entrou em vigor em março do mesmo ano. Particularmente, não tenho dúvida de que se trata de medida essencial para ajudar a manter a estabilidade do programa de ajuste em que se assenta o Plano Real. Mas também não posso deixar de partilhar das preocupações já manifestadas publicamente por V. Ex^a, Presidente Antonio Carlos Magalhães, em declarações reproduzidas pelo jornal **O Globo** há alguns dias. Com o espírito público que todos nós lhe conhecemos, advertiu que, "sem mudanças, o Fundo não será prorrogado".

Temos sentido a boa vontade da Relatora, Deputada Yeda Crusius, no sentido de encontrar um denominador comum que possa atender aos reclamos dos Estados e dos Municípios, mas, por enquanto, ainda não se encontrou esse caminho que precisa ser descoberto.

Nas condições em que se encontra, a proposta nos coloca ante a indeclinável obrigação de sujeitá-la, apesar de ser o único instrumento, no momento, de que se tem utilizado a área econômica ao dever constitucional de zelar pelo equilíbrio federativo.

Não se trata de discutir argumentos inconsistentes, como o de que as perdas provocadas pelo Fundo nas transferências federais estão sendo compensadas pelo aumento vegetativo da arrecadação. Trata-se de considerar, sem subterfúgios, que esse aumento, em qualquer circunstância, seria substancialmente maior sem o Fundo. Logo, há perdas incontestáveis a que se somam, por exemplo, as decorrentes da isenção de ICMS concedida para produtos primários beneficiados, que são objeto de exportação.

O Sr. Carlos Patrocínio – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Carlos Patrocínio – Nobre Senador Guilherme Palmeira, em boa hora V. Ex^a ocupa a tribuna do Senado para fazer um pronunciamento de tamanha importância. E V. Ex^a tinha essa obrigação, principalmente porque representa o Estado de Alagoas, que está em condições totalmente adversas e que se encontra, agora, com uma administração compartilhada, digamos assim, com o Governo Federal. Temos recebido insistentes apelos do nosso Estado, quer do Governador, quer dos prefeitos, em relação a essa perda fantástica de arrecadação, que acarreta a prorrogação do Fundo Social de Emergência, hoje com um novo nome - não sei se mudam o nome para dar uma outra conotação -, qual seja, Fundo de Estabilização Fiscal. Sei que a eminente Deputada Yeda Crusius tem feito negociações com diversos segmentos representativos das prefeituras e dos Estados. Todavia, nobre Senador, precisamos saber efetivamente quanto perdem Estados e Municípios. Estamos dispostos a ajudar o Governo Federal na prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, porque o Governo tem assegurado que ela é imprescindível para a continuidade da implantação do Plano Real, da estabilização financeira por que passa nosso País, a estabilização da moeda. São necessárias, todavia, nobre Senador Guilherme Palmeira, medidas compensatórias para que os Estados e municípios não percam tanto como vêm perdendo. A eminente relatora da matéria, Deputada Yeda Crusius, já tem conversado com os prefeitos e governadores de Estado e está disposta a destinar cerca de R\$1,2 bilhão para que sejam divididos com todos os municípios. Todavia, pensamos que ainda devemos saber mais sobre a questão das perdas que acarretariam a continuidade do Fundo de Estabilização Fiscal que o Governo pretende ver aprovado no Congresso Nacional. Portanto, V. Ex^a, como Senador do Estado em piores condições financeiras do nosso País, tem a obrigação de tratar dessa matéria. Tenho certeza de que receberá os cumprimentos de todos os seus coestaduanos. Cumprimento V. Ex^a por este pronunciamento tão importante, que dá oportunidade para que o Senado possa se debruçar sobre essa questão.

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Muito grato, Senador Carlos Patrocínio, pelo apoio e solidariedade que V. Ex^a dá a meu Estado tão sofrido, tão achincalhado nesse processo. É o mal dos Estados e dos Municípios. Não será simplesmente a prorrogação do Fundo Social de Emergência que irá resolver a situação do Real, nem do País. Nós e o Governo Federal precisamos nos debruçar mais e mais

para encontrar soluções definitivas, como a reforma tributária e fiscal, de longo alcance. É evidente que jamais poderão atender nem satisfazer a todos, mas precisamos de algo que seja permanente com a qual possamos conviver, senão para sempre, pelo menos por muito tempo.

Essa posição é um alerta. Acreditamos no empenho, na capacidade e no discernimento da Relatora, Yeda Crusius. Acreditamos na boa vontade dos governos estaduais e municipais de nos auxiliar para que o Real permaneça no seu vigor e plenitude, desde que o nosso povo não continue sofrendo da maneira como está. Na hora em que são prejudicados Estados e Municípios, de uma maneira geral, quem sofre mais é nosso povo, nossa gente, aquela que representamos aqui.

Sr. Presidente, em contrapartida, além da desvinculação da parte da receita que seria transferida pela União, o Governo Federal ainda se beneficiou com a instituição da CPMF, sobre o que tratamos, o que deve elevar a carga tributária deste ano a cerca de 31% do PIN, a maior de nossa história.

Isso equivale, Sr. Presidente, a transferir, para os Estados e Municípios, a totalidade dos ônus do programa de ajuste econômico, enquanto não se deu ainda qualquer passo substantivo em favor da reforma tributária e da conseqüente redistribuição das rendas públicas entre a União, os Estados e os Municípios. Nós, que aqui no Senado representamos os Estados pelos quais fomos eleitos, não temos condições políticas, autoridade moral nem argumentos consistentes para impor mais esse sacrifício às nossas populações. O caso do Nordeste não deixa dúvidas quanto ao imperativo ético que nos move, e o do Estado de Alagoas, em particular, como bem disse o Senador Carlos Patrocínio, cuja situação econômico-financeira toda a Nação conhece, é ainda mais dramático do que a média da região ou do País.

O Sr. Geraldo Melo – Permite-me V. Ex^a me um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Com muita honra, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo – Nobre Senador Guilherme Palmeira, quero louvar a iniciativa de V. Ex^a em abrir um debate tão importante como esse em torno da reforma tributária. Na realidade, que há necessidade de se fazer uma reforma tributária no País penso que não existe quem, minimamente, divirja disso. Hoje, a estrutura tributária do Brasil não resolve o problema do setor público, que se queixa do déficit fiscal no qual está mergulhado, e não pode ser suportada pelo contribuinte, com toda essa desordem e com a falta de lógica e de consistência do conjunto

de tributos existentes, que, na verdade, impõem uma outra carga ao contribuinte, que é a de controlá-los, a de tomar conta deles dentro da empresa de cada um e na vida de cada um, o que se tornou uma tarefa praticamente impossível. Senador Guilherme Palmeira, uma vez conversei com um fiscal do Imposto de Renda, e ele me disse que não havia nenhuma empresa no Brasil, pública ou privada, grande ou pequena, que, visitada pela fiscalização, não tivesse que ser, **a priori**, mudada, porque não há a menor possibilidade de um contribuinte estar rigorosamente em dia com todas as suas obrigações fiscais. Não se trata apenas do recolhimento dos tributos, mas sim da realização, com regularidade e na forma exigida pela lei, de todas as suas obrigações. O que desaponta um pouco no projeto de reforma tributária que aí está é que, evidentemente, quando um país é governado por um estadista do nível do Presidente Fernando Henrique Cardoso, imediatamente se cria a expectativa da parte de todos nós de que as propostas oriundas desse Governo serão, no mínimo, inovadoras. O que me preocupa é que a reforma tributária não inova, ela move, altera tributos preexistentes, ignorando as transformações que a economia do mundo inteiro tem de enfrentar hoje: inovações como o pagamento sem dinheiro, a instituição da moeda eletrônica; enfim, todas essas novidades que não se refletiram na proposta de reforma tributária. Ainda, há que se salientar o fato, já abordado claramente por V. Ex^a, de que a reforma não nos diz, caso ela seja executada, como vamos ficar. Não há uma única conta. Devemos votá-la, mas não dispomos de uma única informação que diga que, se a reforma for aprovada, a situação financeira do Estado brasileiro passa a ser a tal ou qual, cabendo tanto aos Estados, tanto aos municípios e tanto à União. E, finalmente, há de se ressaltar a impressão que ficou de que faltou um pouco mais de meditação na elaboração da proposta. Isto pelo simples fato de que ela já estava no Congresso quando um Ministro do Governo - o Ministro Adib Jatene, na época - veio pedir ao Congresso um imposto que não estava na reforma; bem assim, fez-se uma alteração na legislação do Imposto de Renda, através de medida provisória, que também não havia sido contemplada na reforma; posteriormente, promoveu-se uma alteração na legislação incidente sobre a microempresa, a qual também não estava presente no corpo da reforma. Dessa maneira, realmente, penso que é preciso reformar também o projeto de reforma. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Muito obrigado, Senador Geraldo Melo. Na minha avaliação, V. Ex^a argumentou muito melhor do que eu mesmo procurei fazer.

O Sr. Geraldo Melo – Não apoiado.

O SR, GUILHERME PALMEIRA – A situação que vivemos todos nós: União, Estados e Municípios e a própria iniciativa privada. Não sabemos para aonde estão indo, se é mais ou menos imposto que se quer. Realmente, a proposta é dúbia, complexa, confusa e precisava voltar.

Concordo com a reformulação e a participação de todos os segmentos da sociedade, num projeto que possa ter, pelo menos, a idéia que seja definitiva para sabermos que o que pago hoje vou pagar durante "n" anos, e não tenha uma alteração a cada ano de quanto vai ser a minha contribuição, e o que cabe ao Estado em termos, também, de participação nesses impostos, ou que impostos vão ficar a cargo dos Estados e municípios. Ou seja, há necessidade de unificação e de uma revisão nisso tudo.

Não podemos ficar a vida toda jogando a bola um pouco para a frente e termina-se não se fazendo o gol. Não sei se é o caso da seleção do Zagalo. Por enquanto temos o Ronaldinho que faz gols, talvez o Presidente Fernando Henrique pense que está fazendo gol com jogadas individuais. Mas chega a um ponto que Sua Excelência pode tropeçar na bola, como o Ronaldinho andou tropeçando, e nos leva para essas dificuldades mais à frente até para a Sua Excelência, para os projetos dele, para os nossos projetos e para os projetos do Brasil.

É da maior importância, concordo plenamente, que temos que rever e ver um projeto definitivo. Se vamos prorrogar, se é necessário, imprescindível esse fundo, vamos fazer conscientemente e com prazo determinado, não com prorrogações, mas este ano, já apresentando alternativas para que a reforma se torne uma realidade e atenda a todos os interesses da iniciativa privada, da União, dos Estados e dos Municípios.

A crise de alguns Estados, e a de Alagoas, em particular, Sr. Presidente, é de tal monta que não atinge só o setor público, mas afeta, com igual intensidade, as atividades econômicas, notadamente naquelas Unidades da Federação cujo setor produtivo é baseado, sobretudo, na atividade primária, no extrativismo e na extração mineral. Tenho apelado aqui, com relativa frequência, solicitando a atenção dos diferentes Ministérios, em áreas que são vitais para a nossa sobrevivência, porque já não há outras alternativas, na medida em que a situação se deteriora de forma candente e preocupante.

Por essa razão, Sr. Presidente, faço minhas as palavras de V. Ex^a e quero crer que suas advertências não de produzir resultados efetivos, que, a meu ver, estão, por sua gravidade, exigindo a atenção

pessoal e o empenho de Sua Excelência, o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Guilherme Palmeira, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que a educação é a ferramenta indispensável para que a sociedade se transforme. Mas que tipo de sociedade queremos com ela construir? Como praticar uma educação verdadeiramente democrática, que crie cidadãos conscientes e participativos? Que forma de educação pode fazer com que as pessoas se transformem a partir delas mesmas, da riqueza de experiência que existe em todo ser humano?

A mente inquieta de Paulo Freire, com certeza, muitas vezes debruçou-se sobre essas questões, desde o tempo em que começou a elaborar e a experimentar aquilo que se tornaria o Método Paulo Freire, de meados dos anos 40 até o início dos 60. As respostas que a elas ofereceu mudaram a concepção da educação em todo o mundo - especialmente a compreensão do que podem ser a alfabetização e a educação básicas, às quais todos os homens e mulheres deve ter acesso. Mas Paulo Freire estava sempre procurando novas respostas, e também novas perguntas: mestre sempre disposto a aprender, especialmente com seus alunos e com as pessoas simples que se alfabetizavam pelo seu método.

O espírito crítico e o questionamento representam um dos componentes básicos não apenas do seu método, mas da filosofia da educação criada e praticada por Paulo Freire. Parte do seu profundo humanismo, outra noção básica: a educação não é imposta de fora para dentro, mas constitui um processo de tomada de consciência do mundo, realizada originalmente por todo indivíduo dentro de uma certa comunidade e de certas condições históricas.

Continuando o legado dos grandes renovadores da educação brasileira de meados do século, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, Paulo Freire soube reinventar a mensagem daqueles mestres em um Nordeste marcado por profundas condições sociais e pela exclusão brutal dos direitos da população. A sonnegação do direito de ler e escrever,

que dá acesso ao inesgotável mundo da cultura escrita, é um dos traços mais inaceitáveis dessa sociedade desigual.

A simplicidade de seu método de alfabetização encerra uma profunda e ousada compreensão do processo educacional. Palavras geradoras são recolhidas do universo de experiência de cada comunidade: comida, enxada, tijolo. Palavras geram outras palavras e, quando integradas, ampliam a consciência sobre o que nos cerca: tijolo, lajota, lateja, tu já "lê"! A sintaxe errada não impede que avance o processo de desencantamento dos signos escritos, o que não é desprovido de emoção. Aprender as palavras - e as relações entre elas - é aprender a ler o mundo.

Essa conscientização, que compreende e ultrapassa a aprendizagem da escrita e a chamada educação formal, é libertadora e pode efetivamente contribuir para a criação de uma sociedade mais democrática.

Para sintetizar, lembremos a frase do mestre pernambucano que acompanhou a coroa de flores oferecida em seu velório pelos educadores de São Paulo, frase essa que - creio - expressa o autêntico sentimento religioso que sempre guiou sua ação: "Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão."

Paulo Freire, pernambucano dos mais legítimos, viveu no Recife natal e em Jaboatão até ser exilado pelo Governo militar, em 1964. Vivia-se, na época, a perspectiva de uma profunda mudança na educação brasileira. Após ter realizado exitosas experiências em Pernambuco e em outros Estados nordestinos, Paulo Freire foi chamado a ocupar a Coordenadoria do Programa Nacional de Alfabetização. Banido o seu método e, em seguida, banido ele próprio das terras brasileiras, tiveram ambos, a partir de então, entusiástica acolhida por todo o mundo.

Em países da América Latina, da África, da Ásia, da Europa e da América do Norte, seu método tem sido adotado, e suas obras, estudadas. Mesmo no Brasil do regime militar, sua lição foi absorvida na criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, ainda que desfigurada, pois foi eliminado seu conteúdo de conscientização política tendo sido considerado subversivo. Perdia-se, na verdade, a oportunidade de se fazer uma profunda alteração nos rumos da educação e da sociedade brasileira e de trazerem-se para a cena democrática amplos contingentes da população marginalizada.

Nosso educador exilou-se no Chile, onde trabalhou como professor universitário e prestou assessoria aos programas de ensino do Governo. Em 1969, nomeado especialista da Unesco, deslocou-se

para os Estados Unidos e começou a lecionar na Universidade de Harvard. Em 1970, ano em que publicou *A Pedagogia do Oprimido* e foi nomeado consultor de educação pelo Conselho Mundial das Igrejas, Freire fixou-se em Genebra, onde permaneceria até sua volta ao Brasil, em 1979.

A partir de sua base na Suíça, Paulo Freire orientou diversos programas educacionais, desenvolvidos principalmente em países do Terceiro Mundo mas também na Europa e nos Estados Unidos.

Não vou enumerar aqui os títulos e honrarias que recebeu tanto no Exterior como - finalmente - em seu próprio País. Sua presença na educação mundial continua muito viva, influenciando ativamente sobre os rumos de uma educação libertadora, que recupera o sentido da grandeza do ser humano em uma época em que os valores humanistas parecem desacreditados.

Prova de que o ser humano pode ser grande deu-nos ele próprio, retornando ao País após 15 anos de saudade sem ódio e sem arrogância, oferecendo sua extraordinária capacidade de trabalho em prol da educação do povo brasileiro e de todos os povos. Passou a lecionar na Universidade de Campinas e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1989, assumiu a Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Acompanhou, por todos o País, inúmeras experiências de ensino inspiradas no seu método e em sua filosofia educacional.

Se muito me orgulho, como brasileiro e pernambucano, da brilhante atuação intelectual e da vida coerente e corajosa de Paulo Freire, também me inquieto de que persistam ainda hoje os males que ele procurou combater. A melhor forma de homenagearmos esse excepcional brasileiro é combatermos o analfabetismo e a exclusão a que está relegado nosso povo, e construirmos o Brasil mais livre e mais justo com que tanto sonhava.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Faculto a palavra aos Srs Senadores. (Pausa.)

Sobre a mesa ofícios que passa a ler

São lidos os seguintes:

OF/FG Nº 312/97

Brasília, 11 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.541-25, de 10 de

junho de 1997, que "Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências."

Aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

OF/FG Nº 312-A/97

Brasília, 11 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.551-23, de 10 de junho de 1997, que "Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães)

– A Presidência designa os Deputados Fernando Gabeira e Gilney Viana, respectivamente, como titular e suplente, para integrarem as Comissões Mistas incumbidas de emitir pareceres sobre as Medidas Provisórias nºs 1.541-25 e 1.551-23, publicadas em 11 de junho de 1997, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência lembra aos Senhores Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1993 (nº 1.497/91, na Casa de origem), que institui, em todo o território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 269, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto, com Emendas nºs 1 a 4-CAS, que apresenta.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 190, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 190, de 1993 (nº 2.816/92, na Casa de origem), que dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento, tendo

Pareceres sob nºs 270 e 271, de 1997, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e, no mérito, pela audiência da Comissão de Assuntos Sociais; e

– de Assuntos Sociais, favorável.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1995 (nº 2.331/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental – APA no Distrito de Joaquim Egídio, Município de Campinas, Estado de São Paulo, tendo

Parecer sob nº 288, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto, com Emendas nºs 1 a 6-CAS, que apresenta.

– 4 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 71, de 1997 (apresentado como conclusão do Parecer nº 292, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares americanos, equivalentes a cento e cinquenta e seis milhões, novecentos e quinze mil reais, em 31-1-97, destinados ao financiamento de parte do programa de rodovias daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Nada mais havendo a falar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h58mim.)

(O.S. 13567/97)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. JOEL DE HOLLANDA NA SESSÃO DE
12/06/97, QUE SE REPUBLICA POR SOLI-
CITAÇÃO DO PARLAMENTAR.*

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para enaltecer o mutirão judiciário realizado pelo Tribunal Regional Federal TRF da 5ª Região, Estado de Pernambuco, que julgou quase 10 mil processos que estavam parados, há quase 3 anos, aguardando uma decisão judicial sobre os recursos de admissibilidade em instâncias superiores, o Superior Tribunal de Justiça STJ e o Supremo Tribunal Federal STF.

É importante ressaltar que os responsáveis pelo trabalho, 4 juízes, 4 assessores e o presidente, despacharam em quase 2 meses 3 mil 368 processos, ao passo que, durante todo o ano de 1996, apenas 5 mil 328 processos foram devidamente analisados. Em termos globais, 18 mil 209 processos estão tramitando no TFR da 5ª Região e cerca de 9 mil encontram-se parados à espera de protocolo ou decisões superiores.

O TFR da 5ª Região acumula uma grande carga de atividade e abrange 34 varas federais nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe. A radiografia dos seus trabalhos mostra que cerca de 60% de suas matérias de admissibilidade vêm do Estado do Ceará. No que se refere aos recursos, que representam um fluxo médio mensal de 900 entradas, 60% dizem respeito a assuntos previdenciários. Todavia, segundo o seu presidente, Doutor Francisco Falcão, até a semana passada, mais de 1 mil e 800 novos recursos já haviam entrado naquela instância judicial. Apesar dos esforços realizados, os canais judiciais voltam sempre a ficar obstruídos com grande facilidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as falhas do sistema judiciário brasileiro fazem parte do conjunto das grandes deficiências estruturais que caracterizam as nossas instituições. Assim, além dos aspectos meramente técnicos que poderiam desafogar o sistema como a criação da súmula vinculante, defendida por muitos magistrados como uma saída que seria capaz de evitar que uma mesma decisão fosse tomada várias vezes, ou, por exemplo, a simplificação processual essas não são, a meu ver e também na opinião de muitos, a solução para os enormes problemas que dificultam o funcionamento do Judiciário. Como bem sabemos, a questão é muito mais profunda e a solução deve ser encontrada

numa reforma estrutural e completa de todo o arcabouço da Justiça. Só para se ter uma idéia do atraso em que nos encontramos, basta lembrar que o atual Código Processual brasileiro data de 1973, quando o Brasil contava apenas com pouco mais de 90 milhões de habitantes e a sua realidade urbana e sócio-econômica era infinitamente menos complexa do que a dos dias de hoje. De lá para cá, a população quase dobrou, os problemas sociais agravaram-se e assumiram grandes dimensões, as cidades médias transformaram-se em metrópoles e as grandes viraram megalópoles, a violência passou a ser lugar comum nas ruas, e o crime organizado deixou de lado o romantismo dos anos 60 para assumir definitivamente o estágio mais ousado e cruel do banditismo armado dos anos 90.

Portanto, face a essa nova realidade de final de século, que, inclusive, exige dos países uma maior integração de suas economias aos mercados mundiais, reformar o Judiciário e inseri-lo no contexto da necessidade de criação de um novo Estado nacional, moderno e dinâmico, requer a união de aspectos conjunturais e estruturais para alcançarmos sucesso na modernização do sistema como um todo.

Segundo especialistas da área jurídica, o simples aumento do número de juízes e a informatização dos tribunais não são suficientes para dar maior agilidade ao sistema judiciário. Em suas opiniões, é preciso realmente ir mais fundo na questão. A legislação precisa mudar, a preparação intelectual dos magistrados precisa ser melhorada e o nível dos funcionários também, o sistema de fiscalização das corregedorias precisa de mais eficiência, e o controle externo do Judiciário precisaria ser mudado qualitativamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para finalizar, gostaria de dizer que o pré-requisito fundamental da democracia que estamos imaginando passa necessariamente, em primeiro lugar, pela modernização política do País. Só ela será capaz de garantir a estabilidade das instituições, favorecer o desenvolvimento e consolidar o regime democrático. Além disso, ela precisa estar voltada para a construção de uma verdadeira ordem pública, dentro do novo Estado, e para a formação de um novo pacto social, que encontre a sua razão de ser em um projeto nacional moderno e eficiente, com capacidade de conquistar espaços importantes no mundo globalizado. Só assim as novas instituições ganharão legitimidade e credibilidade para enfrentar os novos obstáculos que se estão formando neste final de século.

Muito obrigado!

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ATA DA 79ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1997
(Publicada no DSF, de 13 de junho de 1997)

Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Continuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 17 de março de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

RETIFICAÇÃO

À página nº 11337, 2ª coluna, na Fala da Presidência referente à designação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.537-39, de 1997,

Onde se lê:

.....
Bloco (PT/PDT/PC do B)

Neiva Moreira Sérgio Machado

Leia-se:

.....
Bloco (PT/PDT/PC do B)

Neiva Moreira José Machado

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

16/06/97
Segunda-feira

- 16:00 - Presidente provisório do Senado da República Argentina, Senador Eduardo Menem
- 16:30 - Secretário-Executivo da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, José Antônio Carletti
- 17:00 - Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão
- 17:30 - Despacho Interno

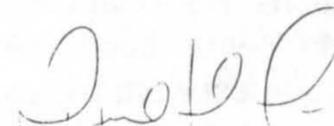
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.539, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4287/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor HERMES FERREIRA DE MOURA, matrícula 1594, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 -

SF

Senado Federal, 16 de junho de 1997.

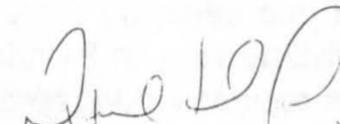

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.540, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4287/97-5,

RESOLVE designar o servidor HERMES FERREIRA DE MOURA, matrícula 1594, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 17 de março de 1997.

Senado Federal, 16 de junho de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.541, DE 1997

Prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão do Tour dos Finais de Semana e da outras providências

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias os trabalhos da Comissão do Tour dos Finais de Semana, instituída pelo Ato do Diretor-Geral n.º 338/97.

Art. 2º - Excluir da referida Comissão os servidores Cesar Augusto Morhy, matrícula 1808, e Alan Silva, matrícula 3506, incluindo a servidora Andréa de Castro Souza Rêgo, matrícula 3886.

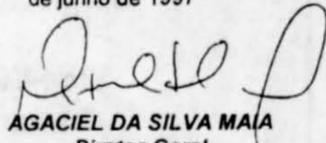
Art. 3º - Os membros da Comissão farão jus à percepção de gratificação mensal, cujo valor máximo será equivalente ao da FC-05, de acordo com o número de vezes em que servirem de guias aos visitantes, na seguinte forma:

QUANTIDADE	Nº DE HORAS	VALOR EM FC
4 vezes	20 horas	FC-05
3 vezes	15 horas	FC-03
2 vezes	10 horas	FC-01

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 06 de junho de 1997.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.542, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

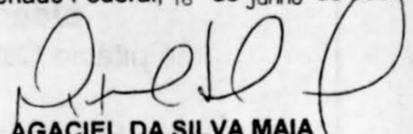
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIS DO NASCIMENTO FILHO, matrícula nº 4106, e WANDERLEY ESPINDOLA PESSOA, matrícula nº 3892, como gestor titular e substituto, respectivamente, da Carta-contrato nº 015/97, celebrado entre o Senado Federal e Clemaq Máquinas de Escritórios Ltda.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de junho de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.543, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

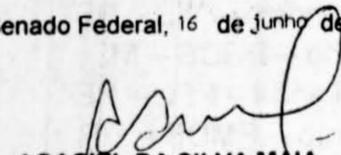
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ROBERTO LUIZ LEITE OLIVEIRA, matrícula nº 2340, e LUCIANA DUARTE DE SANT'ANNA XAVIER, matrícula nº 4731, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 089/97, celebrado entre o Senado Federal e ATUAS ATUÁRIOS ASSOCIADOS S/C LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de junho de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 04/06/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			

PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57

PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen	PMDB	José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos	Paulo Ritzel		
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Valdir Colatto	PSDB	Rivaldo Macari
Esperidião Amin			Franco Montoro		
Emilia Fernandes	PPB		Fetter Júnior(3.4)	PPB	João Pizzolatti
Osmar Dias(2)			Dilceu Sperafico		PP
	PTB		Miguel Rossetto	PT	
			Benedita da Silva		
	PP	Eduardo Suplicy			
			Lauro Campos		
	PT				

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS